

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei muda prazo para recurso em processos fiscais 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

União precisa de "saída" para meta fiscal de 2026, dizem economistas 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS pede de volta dados da quebra de sigilo do Master 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Relator vê críticas de empresas a regulamentação de apps 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Análise: quem vai pagar a conta do rombo de R\$ 41 bilhões do Banco Master 10

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Agências do INSS vão abrir no fim de semana antes de suspender os serviços (inss)
..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quadrado, o falido Mappin e a saída do Bradesco - PIPELINE 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Emissão de notas fiscais entra em nova fase: transição para IBS e CBS não terá multa
..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Palavra-chave em telefonema leva polícia até auditor sequestrado 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IA é chave para economia da América Latina 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tensão geopolítica reacende aversão a ativos americanos 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Devedor contumaz: o jabuti em "O Processo" de Kafka - OPINIÃO JURÍDICA 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IBGE muda comando de área que cuida do PIB 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Tensões comerciais e IA trazem riscos para economia global 27

Quarta-Feira, 21 de Janeiro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Bancos Centrais sob ataque29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Passado, presente e futuro da economia global31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Relatório do FMI - CARTAS DE LEITORES33

Lei muda prazo para recurso em processos fiscais

Marcela Villa

A Lei Complementar nº 227, de 2026, que regulamentou a **reforma tributária**, alterou o prazo para recursos em processos administrativos fiscais federais. A mudança parece singela: altera de 30 dias corridos para 20 dias úteis o período para impugnação. Mas, segundo advogados, pode reduzir em até quatro dias o limite para apresentar defesa a depender da data de intimação. Já a **Receita Federal** diz que pode até aumentar, em alguns casos.

A alteração se limita a recursos voluntários e impugnações, não muda em relação aos embargos de declaração, recurso especial ou contra compensações fiscais negadas, por exemplo. A preocupação é que esses períodos agora estariam descasados, o que pode gerar insegurança jurídica e reduzir a ampla defesa em determinados casos, dizem advogados.

Além disso, a lei complementar ampliou o prazo para a **Receita Federal** instaurar fiscalização contra empresas - passou de 60 para 90 dias corridos. De acordo com especialistas, pode indicar que o Fisco deve entregar autos de infração mais robustos, ao mesmo tempo que quer tornar as ações fiscais mais rápidas.

Segundo levantamento da tributarista Thais De Laurentiis, sócia do Rivitti e Dias Advogados e ex-conselheira do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, existem hoje nove tipos de recursos em processos fiscais federais. Antes, eram quatro prazos distintos.

Eles variavam entre 5 dias corridos, como nos embargos de declaração - recurso que, em geral, não muda o resultado de julgamento, apenas esclarece alguma omissão na decisão - a 60 dias corridos, para fiscalizações. Agora, são seis tipos de prazos processuais diferentes.

Para recursos especiais que tratam da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui o PIS e a Cofins, à Câmara Superior do **Carf**, por exemplo, considera-se 10 dias úteis. Já os recursos especiais de outras matérias à mesma Câmara Superior, considera-se 15 dias corridos.

Em tese, as modificações só valem para novas

intimações, não para os prazos processuais em curso, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor. Além disso, pela lei, eles ficaram suspensos de 20 de dezembro a 20 de janeiro. As alterações constam no artigo 173 da Lei Complementar.

Em nota ao Valor, a Receita diz que o prazo passa a ser em dias úteis para estar alinhado com o Código de Processo Civil (CPC). "Além disso, caminha para acelerar a temporalidade do processo", acrescenta. Segundo o órgão, os processos que estiverem nas fases processuais a partir da vigência da nova norma já estarão sujeitos a esses prazos.

Segundo a advogada Thais De Laurentiis, o prazo de 30 dias corridos sempre esteve em vigor no **Carf** para recursos voluntários - desde 1972, com o Decreto nº 70.235. Agora, passa a ser de 20 dias úteis apenas para determinadas situações. "Criou um Frankenstein, porque mudou só uma parte do contencioso administrativo federal e não tudo", afirma.

Para ela, a mudança pode reduzir o prazo de defesa se a intimação vir numa segunda-feira, por exemplo. "Parece pouco quatro dias de mudança de prazo, mas é muita coisa para quem está fazendo uma impugnação. Os auditores fiscais federais são supercapacitados e fazem trabalhos substanciais. Ter 30 dias já é algo muito exíguo para responder e juntar as provas necessárias."

Thais ressalta que a mudança descasa com o prazo para impugnar pedidos de compensação fiscal, que continua sendo de 30 dias corridos. Isso significa que os mesmos julgadores das Delegacias de Julgamento (DRJs), primeira instância administrativa, e do **Carf** vão lidar com prazos diferentes a depender do tipo de matéria.

"Pode dar confusão", diz a tributarista Gisele Barra Bossa, também ex-conselheira do **Carf** e sócia do Demarest. "Uma diferença de um ou dois dias a mais ou a menos é o suficiente para perder o prazo."

A tendência é que os novos prazos processuais só sejam aplicados para as novas intimações, na linha do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar mudanças de prazos trazidas pela alteração do CPC em 2015. "A lei processual nova se aplica imediatamente. Só que tem precedentes [do STJ]

dizendo que para os prazos que já estavam em curso, ou seja, já iniciados, a lei nova não se aplica", afirma Thais.

Na visão de Gisele Barra Bossa, a ideia de uniformizar os prazos a partir da lei complementar é positivo, apesar de gerar dúvidas. "Ter uma lei complementar regulamentando o processo tributário e fazendo alguns ajustes no Decreto 70.235, por um lado, acaba sendo positivo porque passa a ter uma diretriz de caráter nacional", afirma ela, indicando que é esperado que outros entes sigam as diretrizes da nova lei.

A legislação, ao ampliar o prazo de fiscalização, acrescenta, mostra que houve um privilégio para essa área. "A Receita vem trabalhando para que as autuações tenham mais qualidade e sejam mais difíceis de serem derrubadas. As mudanças indicam que teremos fiscalização mais densa e processo mais célere."

Ainda em nota, a Receita diz que há diferença na contagem de prazos porque algumas hipóteses não se enquadram no prazo útil processual ou não há previsão legal. Um exemplo é a intimação para apresentar documentação complementar durante uma fiscalização, na fase preparatória da ação fiscal. À hipótese, aplica-se o artigo 5º, inciso I, da LC 227/2026, da contagem em dias corridos. "O prazo é definido no próprio termo de intimação, mas sua contagem será em dias corridos, pois não se enquadra nas hipóteses de prazo útil processual", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260121/>

União precisa de "saída" para meta fiscal de 2026, dizem economistas

Anaís Fernandes e Marta Watanabe

O Brasil deve ter fechado 2025 com um déficit primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) de 0,23% do **PIB**, perto do piso da meta para o ano, que é de um resultado zerado, mas com tolerância para um rombo de até 0,25% do **PIB**. Para 2026, a melhora esperada é pequena, com déficit projetado de 0,2% do **PIB**, fora, por ora, tanto da meta de superávit de 0,25% do **PIB** quanto do piso de tolerância, que é zero.

Para Ribeiro, medidas aprovadas ao fim de 2025 tornaram orçamento viável mas, "no final, cumprir a meta de primário não indicará sustentabilidade fiscal"

É o que aponta a mediana das estimativas de 50 instituições financeiras ouvidas pelo Valor até 19 de dezembro de 2025.

A projeção de déficit de 0,2% do **PIB** em 2026 não significa, necessariamente, que os economistas acreditam que o governo vá descumprir a banda da meta, mas indica que, com as informações disponíveis hoje, na avaliação dos analistas, o governo ainda não consegue fechar as contas e vai precisar buscar saída, provavelmente, em mais receitas, já que corte de despesas não tem sido a estratégia preferencial, dizem. Alguns economistas, no entanto, acham que o governo pode até mesmo mudar a meta do ano.

Para a dívida bruta, a expectativa mediana é que ela suba de 79,5% do **PIB** em 2025 para 83,7% em 2026. Em 2024, a dívida fechou em 76,3% do **PIB**.

As estimativas do mercado para 2025 e 2026 são parecidas com as projeções do Tesouro Nacional, que espera dívidas de 79,3% e 83,6% do **PIB**, respectivamente. O relatório do Tesouro, divulgado neste mês, apresentou piora nas previsões em relação ao documento de julho. Naquela época, a expectativa era de dívida/**PIB** de 79% em 2025 e de 82,3% em 2026.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que, em um número preliminar, o governo federal deve fechar 2025 com um déficit primário de 0,1% do **PIB**.

"Se nós considerarmos aquilo que o Congresso

excepcionalizou ou a Justiça, no caso da indenização do **INSS**, estamos falando de alguma coisa em torno de 0,17% de déficit", afirmou. Ainda segundo ele, se forem considerados gastos com precatórios, o déficit seria de 0,48% do **PIB**.

Haddad sinalizou que 2025 será o terceiro ano seguido em que o governo cumprirá a meta.

Apesar de a lei orçamentária ser encaminhada e aprovada em conformidade com a meta, do ponto de vista legal, é exigido que o governo alcance apenas o piso, o que norteia os contingenciamentos de despesas nas revisões bimestrais, que, em tese, seriam instrumentos para direcionar o resultado primário para o cumprimento da regra, afirma Matheus Ribeiro, economista da BRCCG.

Há também, diz, as deduções permitidas para o cálculo do cumprimento da meta, que geram estranheza para o debate. "As manchetes poderão dizer que o governo sinaliza o primeiro superávit primário e não estarão erradas. A questão é que a métrica sujeita à meta acaba ajudando a passar uma mensagem um pouco maquiada da realidade, porque, dependendo da métrica, um déficit primário de 0,5% do **PIB**, provavelmente, vai cumprir a regra de superávit de 0,25%, ainda que no limite inferior dela", afirma.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, minimiza projeções de que o governo vá cumprir mesmo o limite inferior da meta, porque o "déficit real", segundo ele, é muito maior.

"No fundo, são duas realidades: tem a meta para efeito de cumprimento legal e tem o déficit de verdade, que importa porque bate na dívida. Estamos vendo agora algo parecido com o que aconteceu nas gestões Lula 2 e Dilma, que é o governo começar a deduzir uma série de coisas do primário. O resultado, para efeito legal, pode ser zero e o governo vai dizer que conseguiu cumprir a meta, mas ela não é mais sinônimo de responsabilidade e equilíbrio, porque tem um monte de despesa por fora", afirma.

Para fins de apuração da meta, ele projeta um déficit primário zerado em 2026, mas o déficit total deve chegar a 0,9% do **PIB**, estima. "Ele é zero no papel, mas o déficit de verdade é quase 1% do **PIB**. Se você

pensar que o superávit para estabilizar a dívida é de 3%, o esforço fiscal necessário é de 4 pontos do **PIB**, isso dá meio trilhão de reais", diz, acrescentando que não há perspectiva de esforço fiscal dessa magnitude. "Já estão exaurindo tudo que é possível pelo lado da receita e há indisposição de fazer qualquer coisa pelo gasto."

Algumas rubricas do Orçamento de 2026 para despesas, inclusive, parecem subestimadas, na avaliação de Leal de Barros, como os gastos com Previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC). "Está com fila no BPC e no próprio Bolsa Família (BF). Então, achamos que as despesas com **INSS**, BPC e BF estão subestimadas", afirma.

Ao mesmo tempo, o governo trabalha com um Produto Interno Bruto (**PIB**) maior do que o do mercado - alta de 2,44% em 2026, ante 1,8% na mediana da pesquisa Focus - e, se houver frustração de receita recorrente por causa disso, novas receitas extraordinárias podem surgir, diz Leal de Barros.

"É o que vemos desde de 2023: entra receita pela janela para tentar tapar buraco. Às vezes, coisas improváveis acabam acontecendo, como o aumento da tributação de CSLL, JCP [Juro sobre capital próprio], bets, que acabou passando no fim de 2025 depois da liberação de emendas", afirma. "Por mais que eu ache que a agenda de carga tributária esteja fadigada, a relação fisiológica entre Congresso e Executivo não mudou."

Medidas como essas, bem como a limitação das compensações tributárias e o corte nos benefícios fiscais, foram aprovadas "a toque de caixa", diz Ribeiro, da BRCG. "Foram medidas muito importantes justamente para sair de um cenário em que, até algumas semanas antes do fim de 2025, o Orçamento de 2026 nem parava em pé. Virou algo que ainda requer cuidados, mas que se tornou viável. No final, porém, cumprir a meta de primário não indicará sustentabilidade fiscal."

Além de premissas do Orçamento favoráveis para o **PIB** e também para o câmbio - R\$ 5,76 por dólar, ante R\$ 5,50 do Focus, o que acaba ajudando a arrecadação de royalties do petróleo e outras receitas de exportação - , há dose de otimismo nas projeções de receita, principalmente para o potencial de arrecadação com as mudanças do Imposto de Importação e com o corte dos benefícios fiscais, aponta Ribeiro.

"No nível de conservadorismo que se esperaria do Orçamento, não haveria uma dependência tão grande dessas receitas. Isso traz o debate sobre a institucionalidade fiscal. No atual arcabouço, existem

muitos incentivos para que o Orçamento seja feito com alguma dose de otimismo", afirma.

A BRCG projeta um déficit primário no critério da meta de 0,3% do **PIB** para 2026. "Ou seja, há uma insuficiência de 0,3 ponto do **PIB** para atingir o piso de resultado zero. Mas o que vimos nos últimos anos é que, quando se chega a esse nível de insuficiência, o governo encontra saídas, seja através do contingenciamento de despesas, seja através do que chamamos de soluções indesejáveis, como o uso fiscal de **tributos** extrafiscais, a antecipação de receitas, **receitas** extraordinárias e exclusão de despesas das regras fiscais. Nesse sentido, temos mais preocupação em como seria alcançado esse resultado do que propriamente com o alcance", afirma.

Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, chama a atenção para o déficit nominal, que inclui as despesas com juros. No acumulado de 2023 a 2026, aponta, ele deve ser o mais elevado para um quadriênio neste século: 34,42% do **PIB**. Até então, o período com maior déficit nominal acumulado havia sido nos governos Dilma Rousseff/Michel **Temer** (2015 a 2018), com 33,93% (veja gráfico acima). O déficit nominal médio no quadriênio de 2023 a 2026 também deve ser o maior, observa Montero, de 8,6% do **PIB**.

"As autoridades contam - nós também - com a queda nos juros. O Focus, com efeito, contempla a Selic média mais baixa na passagem de 2025 para 2026. A dívida, entretanto, será maior", afirma Montero.

Mais importante, diz, é que há dúvidas se os swaps cambiais vão repetir, em 2026, o ganho de R\$ 105,9 bilhões auferido em 2025, o que ajudou a segurar a escalada na despesa financeira. Com a valorização do real ante o dólar, o Banco Central registra lucro nessa operação, e esse ganho é registrado na conta de juros nominal do governo central.

Na avaliação de Montero, a trajetória do déficit nominal ainda ficará pior antes de melhorar. Haverá, segundo ele, a substitui

ção, no dado acumulado, de números favoráveis do primeiro semestre de 2025 por números piores da primeira metade de 2026.

A perspectiva, diz, é de um déficit nominal em 12 meses somando dois dígitos até o segundo trimestre deste ano, com pressões tanto sobre o resultado primário - por efeito-base, normalização de precatórios, calendário eleitoral e emendas - quanto sobre o financeiro, com uma Selic ainda elevada e a saída da conta dos lucros dos swaps no primeiro semestre de 2025. "Será nesse marco fiscal e eleitoral que debateremos as contas públicas do próximo

quadriênio", afirma Montero, de olho no cenário para o próximo governo.

Especialmente por causa das pressões que tendem a acontecer em ano de eleição, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz haver "chance grande" de o governo revisar a meta em algum momento de 2025, ainda que ele mesmo afirme não esperar um "débito explosivo". "Talvez, isso aconteça depois da eleição, de uma forma corrida, atabalhada. Será difícil atingir o superávit de 0,25% do **PIB** e até mesmo o limite inferior", afirma.

Sem as medidas aprovadas no fim de 2025, o déficit deste ano poderia ficar perto de 1% do **PIB**, diz Vale. Com as iniciativas, agora ele projeta um rombo ao redor de 0,5% do **PIB**. "Não é tão ruim, mas ainda está distante da meta. A dificuldade toda é que o governo se colocou uma meta muito difícil de ser alcançada pelo padrão de gasto e de receita que temos hoje."

Ele diz ver 2026 como "um ano de ponte", como "o fim de um processo que foi mal desenhado ao longo dos três anos". "A grande questão fiscal é para 2027. Então, 2026 acaba sendo um ano para cumprir tabela, para esperar um ajuste melhor daqui a dois anos. E, se não houver um ajuste mais significativo em 2027, será como trazer o cenário de crise de novo para a sala. Hoje, ele está na antessala, querendo entrar", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

CPMI do INSS pede de volta dados da quebra de sigilo do Master

Gabriela Guido

Integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pediram ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), o retorno das informações da quebra de sigilos do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, ao colegiado. A petição foi protocolada na terça-feira (20). Em dezembro, o relator do caso Master na Corte, Dias Toffoli, determinou que esses dados fossem remetidos ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Os parlamentares questionam o movimento do ministro do STF, feito no fim do ano passado, de restringir o acesso às informações de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Vorcaro a Alcolumbre. Os autores do pedido são os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (NovoCE) e os deputados Alfredo Gaspar (União-AL), Marcel Van Hattem (Novo-RS), Adriana Ventura (Novo-SP) e Luiz Lima (Novo-RJ).

A quebra dos sigilos foi aprovada pela CPMI sob a justificativa de apurar possíveis esquemas ilícitos na concessão de crédito consignado pelo banco. Sem a interferência de Toffoli, esses dados seriam tratados como os outros documentos sigilosos obtidos pelo colegiado.

Na representação enviada a Mendonça, os parlamentares argumentaram que essas informações são elementos essenciais para a investigação da CPMI e que a ausência deles pode gerar "lacunas investigativas".

"A disponibilização de tais provas permitirá uma visão integrada dos fatos, potencializará a identificação de responsabilidades e contribuirá para a formação de um convencimento sólido sobre as circunstâncias em que ocorreram as supostas irregularidades, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da cooperação institucional", justificou o documento.

Para o grupo, há indícios de que "as irregularidades [envolvendo o Master] não se limitaram a condutas isoladas, mas envolveram uma atuação estruturada e reiterada do Banco Master no âmbito do crédito

consignado do **INSS**, com possíveis reflexos penais, administrativos e civis".

Os deputados e senadores também alegam que os integrantes da CPMI têm a prerrogativa de deter dados sigilosos. Eles ainda defendem que o ministro do STF que tem competência para decidir essa questão é Mendonça, relator das apurações de crimes no **INSS**, e não Toffoli.

Além da obtenção das informações sigilosas, os parlamentares pedem o compartilhamento das provas obtidas pela Polícia Federal (PF) no âmbito das investigações envolvendo o Banco Master e seus dirigentes.

A solicitação dos parlamentares foi feita em meio a uma onda de reações de membros do Legislativo à condução das investigações do Master por Toffoli. Deputados e senadores conseguiram, nas últimas semanas, as assinaturas suficientes para requisitar a criação tanto de uma CPMI quanto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) formada só por deputados para apurar o tema.

Na terça, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), usou as redes sociais para afirmar que vai apoiar "todos os meios de investigação" sobre caso, que ele classificou como "um dos maiores crimes contra o sistema financeiro nacional já ocorrido na história de nosso país, envolvendo muita gente poderosa". "Tudo deve ser investigado, não há nada escondido que não possa ser descoberto", declarou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Relator vê críticas de empresas a regulamentação de apps

Beatriz Roscoe

Após apresentar o relatório do projeto que regulamenta o trabalho em plataformas digitais no fim do ano passado, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator da proposta, avalia que houve boa recepção por parte do governo e dos trabalhadores, mas forte insatisfação das empresas de aplicativos, que agora pressionam por mudanças no texto. A expectativa, segundo Coutinho, é avançar com a votação já no início de fevereiro, no retorno do recesso do Legislativo.

As plataformas alegam que o texto apresentado resultaria em encarecimento do serviço de entregas e corridas para a população e apresentaram uma série de documentos para o relator. O deputado, no entanto, ainda não conseguiu se debruçar sobre o material e disse que os consultores da Casa que acompanham o tema estão de recesso. "Não queremos aumento nos preços, mas as empresas precisam apontar onde está isso. Nossos consultores não viram esse impacto", disse.

O grupo de trabalho criado pelo governo para discutir o assunto - que conta com representantes da Secretaria-Geral da Presidência, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio - reuniu-se com as empresas de serviços por aplicativos na terça-feira (20) para ouvir as demandas do setor. Há participação permanente dos trabalhadores no GT e foram convidados representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério Público do Trabalho (MPT), além de integrantes do Ministério da Saúde.

Apesar de o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, defender o aumento do valor mínimo para entregas e corridas de R\$ 8,50, como está no texto de Coutinho, para R\$ 10 - e ter se reunido com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB),

"As empresas precisam apontar onde está o aumento de preços" Augusto Coutinho

para tratar do projeto - o relator avalia que não deve acatar a mudança e o valor deverá ser definido pelo plenário.

Segundo Coutinho, na volta dos trabalhos ele irá analisar as sugestões feitas pelas empresas e tentará buscar um acordo para votar o texto. A votação do parecer ao projeto que regulamenta o trabalho por aplicativos foi adiada em dezembro na comissão que discute o tema.

Deputados afirmaram que não tiveram tempo suficiente para analisar o texto e houve forte reação das empresas do setor. Após a leitura do relatório, as plataformas classificaram as propostas como "trágicas" e disseram que o texto poderia inviabilizar o setor.

O texto cria a figura do trabalhador plataformizado, reconhecido como não empregado, mas vinculado a um regime jurídico específico. A principal inovação está na filiação compulsória ao **INSS** como contribuinte individual, com um modelo de custeio compartilhado.

Plataformas e trabalhadores passam a recolher contribuição sobre a parte remuneratória da atividade. O projeto define a remuneração como 25% da receita, enquanto 75% permanecem como verba indenizatória para cobrir custos como combustível e manutenção.

O trabalhador deverá pagar uma contribuição com uma alíquota única de 5% que incide sobre os 25% da remuneração. As plataformas assumem a maior parte da contribuição e pagam 22% sobre a parte remuneratória quando cobram taxa variável e podem chegar a 23% se cobrarem taxas mais altas. Nos modelos de mensalidade ou taxa fixa até 20%, as empresas contribuem com 12% sobre a receita bruta.

Também determina um teto de retenção para o percentual que as empresas podem cobrar em cima das entregas ou corridas. No caso das taxas variáveis, a porcentagem é de 30% e no caso dos modelos híbridos, o valor máximo a ser cobrado é de 15%.

Há ainda a previsão de repasse integral de valores logísticos no delivery, piso mínimo de R\$ 8,50 por distância variável e limite de 12 horas diárias de conexão às plataformas. O texto também traz a previsão de que os Estados poderão fixar pisos mais altos conforme suas realidades.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Análise: quem vai pagar a conta do rombo de R\$ 41 bilhões do Banco Master

Luiz Carlos Azedo +

O ponto mais sensível do escândalo do Banco Master é o custo final do rombo de R\$ 41 bilhões apurado até agora, que recai não apenas para seus controladores, mas sobre a institucionalidade do nosso sistema financeiro, as regras desenhadas para evitar pânico bancário e proteger depositantes, com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O banco liquidado pelo Banco Central, além desse montante em CDBs, tem uma carteira de 1,6 milhão de investidores a ressarcir. Essa não será paga pela Faria Lima no sentido abstrato, será por um sistema de mutualização que transforma o prejuízo de um agente econômico em risco de todos.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O FGC é um mecanismo privado, financiado pelo setor bancário, capaz de evitar corridas bancárias e interrupções em cadeia. Na prática, porém, no caso do Master, a proteção legítima do poupador vira um canal de transferência de perdas para o conjunto do sistema, com reflexos sobre crédito, spreads, custos de captação e, por consequência, sobre o cotidiano da economia real. O fundo possui R\$ 122 bilhões em recursos líquidos, ou seja, o rombo consome um terço do caixa. Em termos práticos, o ressarcimento até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por instituição preserva milhões de clientes e impede um efeito dominó imediato, mas gera um alto custo para o sistema.

Ou melhor, para os bancos associados. O prejuízo não desaparece, é mitigado pelo Banco Central (BC) e se converte em maiores contribuições, cautela na captação e encarecimento do dinheiro. Mesmo sem nenhum centavo do Tesouro, a sociedade paga via custo financeiro, empresas pagam via crédito mais caro e famílias pagam via juros e serviços. É a socialização típica de crises bancárias: não é exatamente o Estado que absorve a perda, o sistema repassa parte do ônus adiante.

A cobertura do FGC é limitada. Quem tinha valores acima do teto protegido ou posições fora do perímetro garantido está por sua própria conta. A liquidação protege o varejo, mas não assegura que todos os credores escaparão ilesos. O caso Master envolve

suspeitas de carteiras falsas, títulos irregulares, gestão fraudulenta e muita esperteza, para aproveitar as brechas e vulnerabilidades das regras do jogo do mercado de capitais.

O problema mais grave, porém, é o enredo institucional do rombo do Master. A investigação migrou para o STF, sob sigilo e, desde dezembro, passou a depender de autorização direta do relator, Dias Toffoli, que adotou medidas como centralizar depoimentos e controlar diligências. Em tese, isso evitaria vazamentos, ruído e disputas, ou seja, mais turbulência de mercado. O que está acontecendo é exatamente o contrário.

O preço político do filtro e da redução da autonomia operacional da Polícia Federal, ao concentrar poder decisório, é o aumento da desconfiança em relação ao Supremo. O principal sintoma de que a crise pode se agravar são as reações no Congresso e nos meios de comunicação de que haveria tentativa de esvaziar ou abafar o caso, para proteger autoridades. Num ano eleitoral, esse é um ingrediente explosivo da disputa política.

Bumerangue

A CPMI do **INSS**, por exemplo, busca acesso a informações e pressiona por transparência sobre sigilos bancário e fiscal sob custódia institucional. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado criou um grupo permanente de acompanhamento e surge iniciativa para criação de uma CPI exclusiva do Master, que já tem assinaturas suficientes, e pedidos de suspeição do relator. Tudo atinge o coração do sistema financeiro e tem dupla interpretação: para uns, são medidas de proteção e controle excessivo; para outros, prudência e garantia do devido processo legal. É aí que o Supremo foi para o olho do furacão.

Um dos aspectos mais evidentes de socialização dos prejuízos é o caso do BRB: a negociação de R\$ 12,2 bilhões em créditos supostamente inexistentes, vendidos do Master para o BRB, é um dos eixos da investigação, com conexões políticas e administrativas com o Distrito Federal.

Se houver comprovação de irregularidades envolvendo dirigentes do BRB, o problema deixa de ser apenas um banco privado que quebrou e passa a

incluir governança pública, controles internos e decisões de gestão com potencial de irradiar custo político e econômico.

O Master também se conecta ao crédito consignado e suspeitas de fraudes, com menções de que o **INSS** teria bloqueado cerca de R\$ 2 bilhões diante de indícios. Esse elo desloca a crise do plano bancário para o plano da política pública.

A Polícia Federal se queixa da gestão cotidiana do inquérito, com retenção e lacre de material apreendido no STF, controle de acesso e até indicação de peritos específicos para análise, procedimentos questionados pela PF e a Procuradoria-Geral da República. O STF é juiz do processo, mas não gestor da investigação . Quanto mais aparece como administrador da operação, mais se expõe a questionamentos. O esforço de blindar a investigação para reduzir turbulência produz o efeito oposto.

Quando um banco promete pagar até 40% acima do mercado e mobiliza milhões de investidores, alguém deveria frear, porque a conta chega, o sistema corre para proteger depositantes, porém, o custo se espalha.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/01/7337226-analise-quem-vai-pagar-a-conta-do-rombo-de-rs-41-bilhoes-do-banco-master.html>

Agências do INSS vão abrir no fim de semana antes de suspender os serviços (inss)

Nestes sábado (24) e domingo (25), o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) fazem novamente atendimento extra em agências de várias cidades. As unidades abrem em regime de mutirão para antecipar agendamentos que estariam marcados para os dias 28, 29 e 30 de janeiro, em que não haverá atendimento .

Durante esse período, não apenas o atendimento presencial será suspenso, mas também os canais digitais. O portal e aplicativo Meu **INSS** e a Central Telefônica 135 ficarão indisponíveis a partir das 19h do dia 27 até o dia 31 de janeiro, impossibilitando consultas, agendamentos e outros serviços digitais.

Os serviços presenciais e digitais do instituto serão suspensos por causa de uma migração dos dados de um sistema computacional antigo para um mais recente . A Dataprev, empresa responsável pela infraestrutura tecnológica do **INSS**, conduzirá a atualização que, segundo o órgão, promete mais estabilidade, segurança e eficiência no atendimento aos segurados.

Segundo o **INSS**, a estratégia de abertura nos finais de semana funciona como uma espécie de "força-tarefa" para desafogar a agenda e permitir que beneficiários que dependem de serviços presenciais - como perícias médicas e atendimento administrativo - não sejam prejudicados pela interrupção técnica.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O **INSS** reforça que, para quem preferir atendimento em dia útil após o restabelecimento dos sistemas, será garantido o reencaixe.

Para evitar transtornos, os segurados com agendamentos para o fim de janeiro devem verificar com antecedência se sua data foi antecipada para um dos mutirões de fim de semana ou se permanecerá para um dia útil após a paralisação.

Nesta semana, o Meu **INSS** tem apresentado instabilidade e lentidão. Desde a noite de segunda-feira, há relatos nas redes sociais sobre dificuldades para acessar os serviços do instituto, tanto pelo

aplicativo quanto pelo site.

Segundo o **INSS**, de acordo com informações da Dataprev, a instabilidade registrada no Meu **INSS** nesta segunda foi causada por um aumento atípico no volume de acessos.

"Em um único dia, foram cerca de 8,5 milhões de consultas, um aumento de 143% em relação à média diária de 3,5 milhões de acessos, o que impactou o tempo de resposta do sistema", afirma o órgão, em nota.

A sobrecarga, diz, ocorreu devido à atualização da margem para empréstimos consignados, ao reajuste de benefícios e à nova alíquota do Imposto de Renda com isenção para quem ganha até R\$ 5.000.

Nesta terça-feira (20), a dificuldade de acesso ainda persistia.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/agencias-do-inss-vaio-abrir-no-fim-de-semana-antes-de-suspender-os-servicos.shtml>

Quadrado, o falido Mappin e a saída do Bradesco - PIPELINE

MARIA LUÍZA FILGUEIRAS

A aproximação de Maurício Quadrado, ex-sócio do Master, e do investidor Nelson Tanure, como já se sabe, aconteceu na corretora Planner, quando o então banker apresentou ao empresário a oportunidade de comprar ações da Gafisa. À época, a principal tarimba de Quadrado era ter vindo do Bradesco, onde foi diretor de mercado de capitais na década de 90.

Mas a saída do executivo da Cidade de Deus teve como pano de fundo uma operação controversa que contribuiu para a falência das lojas de departamentos Mappin e Mesbla, em 1999. Segundo a CVM, num processo julgado em 2006, o banco e a Crefisul coordenaram uma emissão de debêntures da Casa

Anglo Brasileira, holding do Mappin, cuja distribuição ocorreu em condições diferentes das registradas. Um protocolo de intenções privado previa que o Bradesco subscreveria papéis em dinheiro e também por troca de créditos contra as controladoras - o que fazia da captação para expansão uma reestruturação, na visão da CVM.

O prospecto da emissão de R\$ 420 milhões dizia não haver relacionamento do Mappin com os coordenadores, mas ambos bancos tinham ações da emissora. A CVM também questionou o início da alocação na segunda série das debêntures antes da conclusão da primeira. Logo depois da operação, e da falência do grupo, Quadrado

saiu do banco para uma instituição menor. Mas, como responsável pela operação, chegou a ser condenado com multa de R\$ 200 mil pelos diretores da autarquia - a decisão foi revista e convertida em advertência pelo Conselhinho.

Quadrado disse em nota que "o colegiado da CVM entendeu que houve falha nos deveres de supervisão", mas sem "fraude, má-fé ou enriquecimento, nem restrição profissional decorrente do episódio". Bradesco não comentou.

Em 2007, Quadrado virou sócio da Planner e, após se aproximar de Tanure, abriu a Trustee. Em 2020, associou-se a Daniel Vorcaro no Master, até 2024 - num rompimento do qual pouco se sabe.

Fluxo de US\$ 1 bi para ações da JBS

Com a listagem em bolsa americana, a JBS tem potencial para compor os índices acionários Russell 1000 e 3000 já no próximo rebalanceamento anual das carteiras, no fim de junho, segundo cálculos do Santander. A participação deve ser em torno de 0,1% no índice das mil maiores empresas, o que ocasionaria entrada automática no índice das três mil maiores.

Os analistas do banco estimam um fluxo de entrada de US\$ 180 milhões a US\$ 200 milhões no papel, considerando apenas os fundos passivos - que representam menos de 20% do total de ativos sob gestão (AUM) que seguem o Russell 1000 e o 3000. Isso pode acontecer já nos três primeiros dias de negociação.

"Dito isso, o fluxo potencial de entrada total pode chegar a cerca de US\$ 830 milhões a US\$ 960 milhões, incluindo os fundos ativos - algo equivalente, pelas nossas estimativas, a aproximadamente 11 a 13 dias de negociação", diz o relatório, apontando a mudança relevante na liquidez do papel e a ampliação na base de investimentos. (F.F.)

Ibmec dá salto em cursos curtos

Modalidade cresceu 140% puxada por IA e **reforma tributária**

Inteligência artificial e **reforma tributária** foram os temas mais procurados em cursos curtos no Ibmec no ano passado, categoria que saltou inéditos 140% no período na escola. A demanda também aconteceu nos cursos rápidos de temas mais tradicionais, como liderança, finanças e área jurídica. "Vamos sempre fazer essa combinação de áreas de expertise com cursos clássicos", diz Priscila Simões, diretora de Vida Toda, área do Ibmec que cuida de pós-graduações, MBAs e outras modalidades de ensino.

Formato popularizado por edtechs rivais, os cursos curtos viraram a prioridade de Simões em 2025. Com duração média de três meses (ou 60 horas), modelo híbrido e tíquete médio de R\$ 3 mil, o formato saiu de três para mais de 17 cursos em 2025 e deve chegar a pelo menos 25 certificações neste ano - de olho também no B2B, mercado endereçável de R\$ 1,4 bilhão em que o Ibmec quer dobrar sua fatia até 2030.

A marca pertence ao grupo Yduqs.

PicPay passa na frente de Agibank em NY

O PicPay lançou antes sua oferta de ações no mercado americano e vai precificar também antes do brasileiro Agibank. A data prevista é 28 de janeiro para a definição de preço, na faixa que vai de US\$ 16 a US\$ 19 por ação, o que pode avaliar a fintech em até US\$ 2,6 bilhões.

Apesar de modelo diferentes de negócios (o Agibank muito mais voltado a consignado e suporte de rede física; o PicPay voltado a PMEs, conveniência e baixo custo) e também listagem em bolsas diferentes (um Nasdaq, o outro é Nyse), as instituições financeiras brasileiras devem acabar dividindo a atenção e o cheque dos investidores, avaliam fontes do mercado.

Quem sai primeiro tende a levar vantagem e o PicPay conta com ancoragem da Bicycle, de Marcelo Claure, o que ajuda a atrair outros fundos e viabilizar a operação. Mas o Agibank tem sócios experientes

- além da história de empreendedorismo de Marciano Testa, Lumina e Vinci acionam seus contatos no roadshow.

Efeito IA: do seed à série B em sete meses

As aplicações de inteligência artificial seguem alterando de forma impressionante o ritmo de startups e suas captações, especialmente no mercado americano. A Emergent, plataforma de criação de software com inteligência artificial, acaba de levantar US\$ 70 milhões em uma rodada série B liderada pela Khosla Ventures e pelo SoftBank Vision Fund 2.

Participaram também Prosus, holding dona do iFood, a Lightspeed, Together e Y Combinator. A capitalização acontece apenas três meses depois de a Emergent ter captado US\$ 23 milhões em uma série A, na sequência de uma rodada seed de US\$ 7 milhões.

Fundada em São Francisco pelos gêmeos indianos Mukund Jha e Madhav Jha, a startup bateu US\$ 50 milhões em receita recorrente anual em apenas sete meses e passa de cinco milhões de usuários. Com o aporte, a Emergent vai apostar no Brasil, Argentina e Chile. A plataforma permite que qualquer pessoa crie, lance e monetize aplicativos web e mobile.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260121/>

Emissão de notas fiscais entra em nova fase: transição para IBS e CBS não terá multa

A **Reforma Tributária** do Consumo deixa o campo teórico e impacta a rotina operacional das empresas brasileiras já nesta virada de ano. A partir de janeiro, o layout da Nota Fiscal Eletrônica passa a permitir a inclusão de novos campos referentes à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), iniciando sua fase de teste com foco no caráter educativo e na segurança do contribuinte.

Para evitar travas na economia e eventuais paralisações no faturamento das empresas, as Nota Técnicas Nº 004 - Versão 2.0 para notas de serviços e a 2025.002 - Versão 1.33 para notas de comércio, flexibilizaram as regras de validação, permitindo que os emissores autorizem notas fiscais mesmo sem o preenchimento dos novos **tributos**. Apesar dessa permissão técnica não alterar o marco legal da Lei Complementar 214/2025, que determinou a obrigatoriedade da informação em todas as operações desde 1º de janeiro de 2026, o Comitê Gestor do IBS e a **Receita Federal** definiram que o primeiro ano de transição será voltado à calibragem e ao aprendizado.

A grande novidade é a dispensa de penalidades para quem cometer erros formais ou omissões no preenchimento dos novos campos durante os primeiros meses de 2026, após o Ato Conjunto nº 1/2025 da **Receita Federal do Brasil** e Comitê Gestor do IBS, estabelecer que, a aplicação de penalidades relacionadas às novas obrigações acessórias, como a de destaque dos novos **tributos** na nota, ficará dispensada até o primeiro dia do quarto mês subsequente à publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS.

O fôlego para a conformidade: prazo sem multas

De acordo com o sócio-diretor de contabilidade e relações institucionais da Contabilizei, Charles Gularte, diferentemente do que se temia, o fisco não aplicará sanções administrativas imediatas. "De acordo com o Ato Conjunto **RFB/CGIBS** nº 1/2025, não haverá aplicação de penalidades pela ausência de preenchimento ou de registro dos campos específicos do IBS e da CBS nos documentos fiscais eletrônicos. O prazo concedido pelo fisco visa resguardar as empresas a terem ciência primeiro dos regulamentos dos novos **tributos** para depois poderem ser cobradas das eventuais penalidades - ou seja, sem aplicação de sanções até o primeiro dia do quarto mês subsequente

à publicação dos regulamentos desses **tributos**", esclarece.

Além disso, no referido Ato também foi estabelecido que, durante todo o ano de 2026, a apuração do IBS e da CBS será realizada exclusivamente em caráter informativo, sem efeitos tributários, desde que o contribuinte cumpra as obrigações acessórias previstas na legislação.

Ou seja, na prática, tudo isso significa que: os dados declarados em 2026 servirão para testes operacionais, ajustes de sistemas e validação de procedimentos, sem geração de débito tributário, sem exigência de pagamento de IBS e CBS e sem aplicação de sanções - logo, foi concedida uma janela de segurança para as empresas errarem e ajustarem seus sistemas de boa-fé. O governo atua como parceiro ao conceder esse fôlego, garantindo que a transição seja gradual e cooperativa, explica Charles Gularte.

O ponto de atenção para os empresários é que o cumprimento correto dessa obrigação acessória (preenchimento dos campos de IBS e da CBS nos documentos fiscais eletrônicos) após esse período de fôlego concedido pelo Governo, é condicional para assegurar a dispensa do recolhimento desses **tributos** para o restante de 2026, ano considerado de teste e de adaptação da **Reforma Tributária** do Consumo. Deixar de preencher esses campos, mesmo que o sistema permita essa ausência, significa descumprir uma obrigação que pode impedir a dispensa do pagamento do IVA teste e abrir espaço para penalidades futuras ou cobranças posteriores, alerta o executivo.

Impactos para o setor de serviços e mudanças estruturais

Para o setor de serviços, segmento majoritário entre as PMEs, as mudanças vão além da inclusão das alíquotas de teste. A atualização dos layouts introduz também a obrigatoriedade da NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços), que atua como um padrão nacional para identificar e organizar cada tipo de serviço, do CST (Código de Situação Tributária) e do cClass Trib (Código de Classificação Tributária), que juntos definem o tratamento fiscal da operação, indicando se ela é tributada, isenta ou beneficiada, por exemplo, e o INDOP (Código Indicador da Operação)

passa a ser exigido para detalhar a natureza específica do consumo, indicando a finalidade ou destino da operação, garantindo maior precisão no rastreamento das transações.

Essas alterações exigem que os prestadores de serviços revisem os seus cadastros e parâmetros fiscais imediatamente. Essas atualizações parecem técnicas, mas têm impacto direto no dia a dia e na tributação correta do serviço. Preparar os sistemas e os processos agora é fundamental para evitar gargalos fiscais quando as validações se tornarem restritivas, reforça Gularte.

Cronograma e atenção ao Simples Nacional

A transição desenhada pelo governo prevê etapas distintas para diferentes perfis de empresas. Para as companhias do Lucro Real e Lucro Presumido, a atenção aos campos de IBS e CBS deve ser imediata. Já para as empresas optantes pelo Simples Nacional e Microempreendedores Individuais (MEIs), a regra é de estabilidade total neste primeiro ano. Esses contribuintes não precisarão preencher os campos de CBS e IBS em seus documentos fiscais em 2026, uma medida que preserva a simplicidade operacional dessas categorias.

No entanto, Gularte ressalta que eles não estão dispensados de preencher os novos campos de classificação de serviços (NBS) e tributária (Cclass) e indicação da finalidade da operação (INDOP). A obrigatoriedade plena dos **tributos** para esse grupo inicia-se apenas em 2027.

A recomendação é a revisão imediata

A orientação da Contabilizei é que os empreendedores, prestadores de serviços e profissionais liberais encarem 2026 não como um período de folga, mas como uma janela estratégica de ajustes. O foco das empresas deve ser dividido conforme seu regime tributário:

1. Empresas no Lucro Presumido

Para este perfil, 2026 é o ano de implementação prática dos novos **tributos** (IBS e CBS) nas alíquotas de teste.

Frente Tecnológica: É imperativo garantir que o emissor de notas fiscais esteja totalmente atualizado com o novo layout. Isso inclui a capacidade de destacar as alíquotas de 0,1% e 0,9%, além de preencher corretamente os novos campos obrigatórios (NBS, CST, cClass Trib e INDOP).

Frente Processual: O foco deve ser a conformidade

total. O preenchimento preciso desses dados é o que garantirá a segurança jurídica e evitará bitributação ou erros de cálculo no novo sistema de créditos.

2. Empresas no Simples Nacional

Para os optantes do Simples, 2026 é um ano de conformidade técnica, sem a necessidade de destaque de **impostos**.

Frente Tecnológica: A prioridade é a adesão ao Padrão Nacional da Nota Fiscal de Serviço (NFS-e). O empreendedor deve assegurar que seu sistema de emissão esteja integrado aos padrões nacionais exigidos pelo Fisco.

Frente Processual: Diferente do Lucro Presumido, não há obrigatoriedade em 2026 de destacar as novas informações de IBS/CBS na nota. O foco processual aqui é a organização administrativa para garantir que a transição de layout ocorra sem interrupções no faturamento.

É o momento ideal para revisar rotinas, buscar orientação contábil especializada e garantir que, quando a arrecadação começar de fato, a empresa esteja pronta para o novo modelo tributário, sem riscos desnecessários, conclui Gularte.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/emissao-de-notas-fiscais-entra-em-nova-fase-transicao-para-ibs-e-cbs-nao-tera-multa,c21729c1cf28379703e23c95f682d6703te7ntrj.html>

Palavra-chave em telefonema leva polícia até auditor sequestrado

I MALU MÕES, GEOVANNA HORA E RENATA OKUMURA

O auditor fiscal Samuel de Oliveira Magro, que atua como juiz do Tribunal de **Impostos** e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo, foi resgatado na manhã de ontem após passar mais de 30 horas refém em um cativeiro em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. Quem acionou a Polícia Civil foi o companheiro da vítima. Os dois se falaram por telefone e, para não chamar atenção dos criminosos, Magro usou uma palavra-chave previamente combinada para indicar que passava por situação de risco.

Segundo Arthur Dian, delegado-geral da Polícia Civil paulista, o crime foi patrimonial e não tinha ligação com o fato de Magro ser auditor fiscal. O TIT, onde ele atua como juiz, é um órgão administrativo vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz), que julga conflitos tributários entre contribuintes e o Fisco estadual.

No biênio de 2026-2027, Magro ocupará o cargo de vice-presidente da 1.ª Câmara Julgadora, de acordo com o site da Sefaz. As atividades do TIT só serão retomadas no fim do mês de fevereiro.

Cinco adultos e um adolescente foram detidos por suspeita de envolvimento no sequestro-relâmpago. A Polícia Civil concluiu que Magro foi vítima do golpe do amor. E não foi a primeira vez: ele já havia sido sequestrado por meio do mesmo esquema em 2021. A informação foi confirmada pelo diretor da Divisão Antissequestro (DAS) de São Paulo, o delegado Fabio Nelson. "Achava que ia para um encontro e sofreu golpe", afirmou.

Inicialmente, a polícia havia informado que o sequestro não havia sido planejado, mas um crime de oportunidade.

Em depoimento à polícia nesta tarde, porém, o juiz do TIT admitiu haver marcado um encontro por aplicativo. Quando esperava pelo par, no último domingo, foi sequestrado.

GOLPE DO AMOR. Os golpes de amor se popularizaram após a pandemia. Naquela época, eram frequentes os casos de sequestro-relâmpago de vítimas que haviam agendado encontro por meio de aplicativo de namoro. O refém era mantido por horas

em cativeiro perto do local de abordagem, enquanto a quadrilha realizava transações bancárias. Depois, a vítima era solta em áreas mais afastadas. Os golpes desse tipo e a facilidade de transferências por meio do Pix fizeram com que, em 2022, o número de sequestros no Estado de São Paulo fosse o maior em 15 anos.

Segundo Fabio Nelson, esse foi o primeiro golpe do amor registrado em 2026 pela DAS.

Em 2025, houve três registros desse tipo de crime e em 2024, oito casos. O recorde foi em 2022, com 115 episódios. Os números, no entanto, vêm caindo desde 2023, quando houve 49 ocorrências.

O SEQUESTRO. Magro foi sequestrado na noite de domingo na Avenida Rebouças, no Jardim América, bairro nobre da zona oeste da capital. Ele foi abordado na via por volta de 20h36 por uma dupla. A polícia ainda verifica imagens de câmeras de segurança para entender como foi a abordagem.

Houve tentativas de transferências de dinheiro, que não foram concluídas, assim como o plano de roubar a casa da vítima, do qual a quadrilha teria desistido. Magro não foi agredido fisicamente, mas foi coagido, diz o delegado Nelson.

Já rendido, no cativeiro, ele recebeu uma ligação do companheiro.

"O auditor tinha um código com o parceiro, para avisar que ele estava em risco.

Ele usou esse código e o companheiro chamou a polícia", afirmou o delegado-geral Dian. A palavra-chave não foi revelada pelas autoridades.

A ação de resgate foi realizada por volta das 6h desta segunda pela 2.ª Delegacia da DAS, com apoio de agentes do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra), ambos integrantes do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope).

"A Divisão Antissequestro conseguiu prender quatro indivíduos, estourar o cativeiro e soltar a vítima. Alguns dos integrantes da quadrilha já tinham passagem (pela polícia). Temos também um menor de idade nessa quadrilha (que foi apreendido)", disse

Dian. Posteriormente, um quinto homem foi detido nas imediações do local. A polícia ainda investiga a participação de mais criminosos na quadrilha.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IA é chave para economia da América Latina

Daniela Braun

A adoção da inteligência artificial (IA) de forma acelerada em países da América Latina pode elevar a produtividade de 1,9% a 2,3% ao ano, a partir de 2030. Tal aceleração tem o potencial de gerar aumento de US\$ 1,1 trilhão a US\$ 1,7 trilhão anualmente para a economia regional. O valor representa aproximadamente 6% do potencial econômico total da IA no mundo.

A projeção vem de um estudo inédito realizado pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a consultoria McKinsey Co, com 130 executivos de alto nível de organizações públicas e privadas de diversos segmentos econômicos na América Latina. Os resultados foram divulgados nesta terça-feira (20), durante o evento do Fórum Econômico Mundial, que acontece esta semana em Davos, na Suíça.

"De forma geral, para empresas de todos os portes, o relatório mostra que a adoção da IA vem crescendo, mas a criação de valor ainda é muito incipiente", diz a sócia sênior e líder da McKinsey no Brasil, Heloisa Callegaro, ao Valor. "Há uma necessidade clara de "reprogramar" as empresas, orientando a adoção da IA por domínios de negócio e focada em valor, e não apenas em tecnologia por si só".

O estudo "América Latina na Era da Inteligência: Um Novo Caminho para o Crescimento" mostra que o índice de produtividade da América Latina é historicamente baixo. Entre 2015 e 2024 houve recuo de 0,3% ao ano em produtividade na região e aumento de 1,2% do nível de emprego. Já globalmente, houve avanço de 1,7% em produtividade e de 1,3% no número de pessoas empregadas.

O índice de produtividade representa qual o valor gerado por trabalhador para o Produto Interno Bruto (PIB) de um país. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que a Irlanda está no topo do ranking de produtividade, com US\$ 164,70 adicionados ao PIB por hora pelo conjunto de trabalhadores ativos do país em 2025. A América Latina gerou US\$ 21,20 ao PIB por hora e o Brasil segue registra mesmo valor.

Sem uma mudança para um foco na produtividade, a desaceleração do crescimento da força de trabalho na América Latina, nas próximas décadas se traduzirá em menor crescimento do PIB. Até 2053, mais de 25% dos latinoamericanos terão 60 anos de idade ou mais,

prevê a McKinsey.

A adoção da IA está aumentando em diversos setores e países da América Latina, especialmente nas áreas de atendimento ao cliente e engenharia de software. No entanto, apenas 23% das organizações latino-americanas estão gerando algum valor econômico com o uso de IA, e somente 6% relatam criação de valor significativa com IA para os negócios.

Para Callegaro, a produtividade trazida pela IA ainda é individual. "No dia a dia, as pessoas até ganham tempo e tornam seu trabalho um pouco mais fácil, mas esse ganho não se converte em impacto de negócio relevante se a forma de operar não mudar de fato", analisa.

O estudo divide os retornos da IA analítica, aplicada para analisar e interpretar grandes conjuntos de dados, e da IA generativa, que usa a interpretação de grandes volumes de dados para criar conteúdos, para os negócios.

A IA analítica deve gerar 60% do valor potencial para a economia da região, uma soma de US\$ 0,6 trilhão a US\$ 1 trilhão em valor anual. O restante virá da IA generativa, com um potencial de adicionar de US\$ 0,5 trilhão a US\$ 0,7 trilhão por ano para a economia regional.

Entre os executivos pesquisados, o uso em escala da IA foi alcançado especialmente nas áreas de engenharia de software, atendimento ao cliente e nos projetos de tecnologia das empresas (ver a tabela). Mais da metade das organizações ainda aplicam a IA em testes ou provas de conceito, o que pode gerar "uma sensação de inovação, mas nem sempre muda a forma como a empresa opera", alerta Callegaro. "As empresas que capturam valor são justamente aquelas que tratam IA como uma transformação organizacional, e não como um portfólio de experimentos tecnológicos. O grande desafio é a integração da IA à estratégia do negócio", alerta a executiva.

O estudo mostra que a aplicação limitada de IA explica o baixo nível de retorno de valor dessas tecnologias. Entre os pesquisados, apenas 6% relataram terem alcançado uma melhoria de mais de 5% nos lucros antes de juros e impostos (Ebit na sigla em inglês), principalmente entre grandes empresas.

Pequenas e médias empresas (PMEs) relatam que

não estão gerando nenhum valor mensurável com IA. A constatação do estudo do Fórum Econômico Mundial é ainda mais preocupante para a América Latina, onde 99,5% das empresas são PMEs, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Iniciativas como comunidades de aprendizagem e ofertas prontas para PMEs podem reduzir significativamente as barreiras de acesso", diz Callegari.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260121/>

Tensão geopolítica reacende aversão a ativos americanos

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclides

No retorno das negociações após o feriado de segunda-feira, o pregão foi marcado por uma aversão dos investidores aos ativos americanos, diante da escalada de tensões comerciais entre os Estados Unidos e a Europa. As bolsas de Nova York e o dólar tiveram firme queda, após o presidente americano, Donald Trump, ameaçar tarifas adicionais a países do continente como uma forma de pressionar a Dinamarca a vender a Groenlândia.

Os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) subiram, especialmente na ponta longa da curva de juros, em linha com a disparada das taxas globais diante das preocupações com o equilíbrio fiscal no Japão.

O índice VIX de volatilidade, que mede o nível de estresse nos mercados, chegou a disparar até 27% e terminou a sessão em 20,15 pontos, no maior nível desde novembro.

No mercado de ações, as bolsas de Nova York tiveram sua pior sessão desde o "Dia da Libertação" das tarifas de Trump em abril do ano passado. O índice Dow Jones fechou em queda de 1,76%, aos 48.488,59 pontos, o S P 500 recuou 2,06%, aos 6.796,86 pontos, e o Nasdaq cedeu 2,39%, aos 22.954,322 pontos. Os setores de tecnologia (-2,94%), consumo discricionário (-2,82%) e financeiro (-2,23%) lideraram as perdas.

O índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, recuava 0,83%, aos 98,57 pontos, no fim da sessão. O euro subia 0,72% em relação ao dólar, a US\$ 1,17225.

Trump anunciou neste fim de semana tarifas comerciais adicionais

o de 10% a partir de 1 de fevereiro sobre os produtos importados da Dinamarca e mais sete países da Europa, em sua tentativa de adquirir a Groenlândia. O presidente americano também disse que, caso nenhum acordo sobre a ilha seja alcançando

o até 1 de junho, as alíquotas aumentarão para 25%. Ele afirmou nesta terça que "não há volta" em seu objetivo de controlar a Groenlândia e não descartou a tomada da ilha pela força.

Em seguida, ele ameaçou impor tarifas de 200% sobre vinhos e champagnes franceses, em meio a relatos de que o presidente do país, Emmanuel Macron, não estaria disposto a aderir ao seu "Conselho de Paz" para Gaza. Os líderes da União Europeia (UE) marcaram uma reunião para esta semana a fim de discutir possíveis retaliações.

A percepção entre os participantes do mercado é de que, ao contrário do ano passado, uma retaliação da UE aos Estados Unidos parece mais provável. Os economistas do Goldman Sachs esperam que essa resposta ocorra de maneira gradual, mantendo aberta a possibilidade de um alívio das tensões. "Esperamos que a UE comece suspendendo a implementação do acordo comercial UE-EUA e prepare tarifas de retaliação para serem aplicadas pouco depois de quaisquer aumentos tarifários por parte dos Estados Unidos."

Apesar da turbulência, Scott Chronert, estrategista de ações do Citi, mantém sua opinião de que grande parte da incerteza relacionada à adoção de novas políticas públicas nos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito às tarifas comerciais, já tenha ficado para trás. Ele tem uma visão positiva para as ações americanas em 2026, mas destaca que a volatilidade deve persistir.

"Devemos esperar que a volatilidade associada a políticas, como manchetes surgindo ao longo de fins de semana, persista", ele afirma. "Estímulos fiscais à frente das eleições de meio de mandato, uma decisão sobre a presidência do Fed e uma enxurrada contínua de propostas de políticas provavelmente continuarão." O Citi tem projetado 7.700 pontos para o S P 500 neste ano, com um lucro por ação de US\$ 320.

Além da escalada nas tensões comerciais e geopolíticas, houve um estresse no mercado global de renda fixa. No Japão, que é o segundo maior mercado de dívida no mundo, investidores reagiram negativamente à proposta da primeira-ministra Sanae Takaichi de cortar **impostos** sobre alimentos, levando os rendimentos dos títulos da dívida japonesa (JGBs) para máximas históricas.

Os rendimentos dos JGBs alcançaram recordes nos vencimentos de 10, 20, 30 e 40 anos. O movimento

mais expressivo foi visto nos juros dos JGBs de 40 anos, que passaram da marca de 4% pela primeira vez na história, chegando a 4,215%, depois de subirem 0,270 ponto percentual.

O sentimento negativo contaminou os mercados, o que levou a uma disparada nos juros globais, incluindo os rendimentos dos Treasuries, especialmente na ponta mais longa da curva.

No fim da sessão, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em dois anos subiam para 3,603%, de 3,594% no fechamento passado, e os rendimentos dos papéis com vencimento em 10 anos avançavam para 4,296%, ante 4,226% na última sessão. No vencimento mais longo, os rendimentos dos Treasuries com resgate em 30 anos eram negociados a 4,919%, de 4,839% no dia anterior.

"A fraqueza simultânea das ações e dos Treasuries dos Estados Unidos após a retórica de Trump sobre a Groenlândia aponta para um retorno do sentimento de vender ativos americanos", comentam em relatório Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets. No entanto, eles acreditam que, diferentemente da persistência desse movimento observada no ano passado, o episódio atual tende a ser mais curto.

Em meio ao clima de aversão a risco entre os investidores e com a busca por ativos seguros, o ouro teve forte valorização no dia e renovou, mais uma vez, seu recorde de fechamento. O contrato futuro com vencimento em fevereiro subiu 3,71% e terminou a sessão a US\$ 4.765,8 por onça-troy na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260121/>

Devedor contumaz: o jabuti em "O Processo" de Kafka - OPINIÃO JURÍDICA

Luigi Terlizzi

Luigi Terlizzi é sócio-fundador do escritório Terlizzi Advogados

Em "O Processo", obra de Franz Kafka, o personagem Josef K é detido sem saber qual delito havia cometido e passa a peregrinar por um sistema opressor, difuso e onipresente, no qual o processo avança e quanto mais o personagem busca entender, menos compreende e mais se submete.

Kafka expõe de forma emblemática a transformação do "processo" em instrumento de poder, no qual deveres e garantias se desequilibram no contexto de um julgamento que nunca termina.

Ainda que com escopo filosófico, o livro parece flertar com a realidade ao impor a reflexão sobre culpa e justiça, onde a burocracia se torna um instrumento de perpetuação do poder dominante.

Nesse espírito, a Lei Complementar (LC) nº 225/2026, que instituiu o Código de Defesa do Contribuinte, introduz contornos penais em um código que se apresenta como "de defesa".

Não surpreende, afinal, não é trivial que o Estado, historicamente vocacionado à litigiosidade fiscal, tenha decidido positivar princípios como boa-fé, cooperação, transparência e previsibilidade na relação entre fisco e contribuinte.

Mas como ocorre em quase todas as reformas institucionais, o ponto mais relevante da lei talvez não esteja no que ela promete proteger, mas no que ela silenciosamente autoriza punir.

Ao lado de um discurso cooperativo, a LC 225/2026 inaugura, de forma explícita, um regime jurídico excepcional aplicável ao chamado "devedor contumaz", figura que passa a ocupar um espaço até então inexistente: o do contribuinte formalmente excluído da normalidade jurídica. A partir daí, há um caminho temerário entre o contribuinte em crise e o "inimigo fiscal".

O conceito de devedor contumaz exige a presença cumulativa de inadimplência substancial, reiterada e injustificada. Em tese, trata-se de um avanço: supera-

se a vagueza conceitual que historicamente permitia ao Fisco rotular como "contumaz" qualquer contribuinte com passivo relevante.

Na prática, a partir do momento em que o contribuinte é classificado como devedor contumaz, o sistema deixa de dialogar com ele. Benefícios fiscais são vedados, prejuízos fiscais tornam-se inutilizáveis, a participação em licitações é bloqueada, a reputação é publicamente afetada e, em um dos pontos mais sensíveis da lei, o acesso à recuperação judicial é simplesmente interdito.

Aliás, a vedação à recuperação judicial do devedor contumaz merece destaque especial. Ao permitir que a Fazenda Pública requeira a convocação da recuperação em falência - ou impeça sua propositura - a LC 225/2026 desestabiliza o equilíbrio clássico entre direito tributário e direito empresarial.

Historicamente, o crédito tributário sempre conviveu com limites quando confrontado com o princípio da preservação da empresa. O novo Código rompe com essa tradição e cria uma espécie de falência fiscal indireta, ou, melhor, uma espécie de pena de morte civil, decidida fora do juízo universal, com base em critérios administrativos.

O risco é evidente: a crise econômica deixa de ser tratada como fenômeno a ser reorganizado e passa a ser tratada como indício de desvio moral. O inadimplente deixa de ser visto como agente econômico em dificuldade e passa a ser enquadrado como ameaça concorrencial ou arrecadatória, entre aspectos objetivos que desafiam até mesmo os contribuintes de boa-fé.

Talvez o reflexo mais sofisticado esteja em suas repercussões penais. A LC 225/2026 retira a possibilidade de extinção da punibilidade dos crimes tributários para aqueles declarados devedores contumazes, mesmo após o pagamento do tributo.

Ou seja: o rótulo administrativo passa a produzir efeitos penais permanentes. O direito penal tributário, tradicionalmente orientado pela lógica arrecadatória, passa a assumir contornos sancionatórios. É quando a governança vira sobrevivência a qualquer custo.

Empresas com estruturas patrimoniais enxutas,

holdings operacionais, ativos intangíveis relevantes ou reorganizações societárias recentes podem aparentar insolvência contábil sem estarem, de fato, insolventes. Ainda assim, podem ser rotuladas pelos critérios objetivos da LC 225/2026, caso não apresentem patrimônio igual ou superior ao montante do débito.

Nesse cenário, o contencioso tributário deixa de ser apenas uma discussão jurídica e passa a ser um problema de gestão de risco institucional. A escolha entre discutir ou pagar deixa de ser técnica e passa a ser existencial. É a sanção política com uma nova roupagem.

Apesar da sofisticação normativa, a LC 225/2026 reabre um debate clássico do direito constitucional brasileiro: até que ponto o Estado pode restringir direitos fundamentais como meio indireto de cobrança tributária?

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) historicamente condena sanções políticas - medidas que constroem o contribuinte a pagar **tributos** por vias indiretas. O novo Código testa os limites dessa vedação ao criar sanções que não se apresentam como meios de cobrança, mas como instrumentos de "justiça fiscal" e "integridade do sistema". A verdade: cria-se um direito tributário de exceção.

A judicialização desses dispositivos é inevitável. Mas até que o Judiciário se pronuncie, o impacto econômico, reputacional e estratégico já estará em curso.

Talvez o maior mérito, ou risco, da LC 225/2026 não esteja em perseguir o devedor contumaz, o que é legítimo, mas em mudar silenciosamente o significado de inadimplência no Brasil. De problema econômico, ela passa a ser tratada como falha estrutural de caráter. E essa mudança, mais do que jurídica, é profundamente política.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260121/>

IBGE muda comando de área que cuida do PIB

Alessandra Saraiva Do Rio

A pouco mais de 40 dias da divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025, programada para 3 de março, e em meio ao processo de atualização da série do **PIB**, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trocou comando do departamento de Contas Nacionais, responsável pelo dado.

Em nota oficial, veiculada na noite de segunda-feira (19), o instituto informou a saída de Rebeca Palis do cargo de Coordenadora de Contas Nacionais (Conac), no qual estava há 11 anos, sendo servidora do instituto desde 2005.

O Valor procurou o instituto para saber motivo da saída e se a transição terá sido concluída até a divulgação do **PIB**. A assessoria de imprensa do IBGE afirmou que "processos de sucessão fazem parte da rotina de qualquer instituição e a condução de uma transição dialogada, sempre em atenção ao interesse público, é o caminho natural a ser seguido".

A troca pode ser considerada, porém, mais um capítulo no embate que dura quase dois anos entre servidores e a atual gestão, comandada pelo economista Márcio Pochmann, nomeado em 2023, segundo fontes a par do tema e que preferiram não se identificar.

Também procurados, Pochmann e Palis não se pronunciaram até a conclusão dessa edição.

Quem substituirá Palis será Ricardo Moraes, também servidor do IBGE desde 2005. O instituto informou, em nota, que Moraes tem graduação em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em economia (IbmecRJ), mestrado em Economia (Ibmec-RJ) e doutorado em engenharia biomédica (Coppe/UFRJ). Também detalhou que, na Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, foi gerente de Modelos e Métodos da entre 2009 e 2015 e gerente de Bases de Dados entre 2015 e 2018. "A Diretoria de Pesquisas (DPE) informa que, nos próximos dias, será definido de forma dialogada o cronograma de transição entre a atual coordenação e o futuro coordenador", completou.

O IBGE informou ainda que "a exemplo do que ocorre em todas as transições, as divulgações do IBGE não

sofrerão qualquer impacto". "Ricardo Moraes é um técnico com mais de 20 anos de experiência na área de Contas Nacionais, contando, inclusive, com larga experiência gerencial e currículo indiscutivelmente compatível com a posição a qual foi designado", disse o instituto.

O instituto também negou impactos no processo de atualização da série do **PIB** devido à troca.

O Valor conversou com quatro servidores do instituto, sob condição de anonimato, sobre a saída de Palis.

Um deles comentou que a saída seria apenas o começo de outras trocas à frente de departamentos do instituto. "A certeza que temos é que não vai parar por aí", disse. No entendimento dessa fonte, a troca sinaliza que servidores que assinaram cartas de repúdio contra atual gestão devem sofrer algum tipo de retaliação.

A ex-coordenadora assinou, em janeiro do ano passado, carta pública, com mais de cem servidores, criticando a condução do atual gestor à frente do IBGE. "Me parece que todos que assinaram cartas de repúdio [contra a atual gestão do instituto] serão alcançados mais cedo ou mais tarde", disse. "A preocupação é que isso pode inviabilizar processos e divulgações", comentou.

Outra fonte avaliou que a troca pode ter somente piorado o clima entre servidores e a atual gestão. "Rebeca é uma unanimidade [em termos positivos] dentro do IBGE", disse.

Outra fonte comentou, porém, que a troca talvez não tenha tanta repercussão interna no IBGE.

Isso porque, lembrou, o instituto opera em regime de home office há bastante tempo, o que dificultaria maiores articulações entre os servidores: "Acho que deve ter apenas outra carta [de repúdio à atual gestão]."

A troca de comando em meio à condução do processo de atualização do Sistema de Contas Nacionais (SCN) foi classificada como "uma loucura", por outra fonte. "Mudar [comando das contas nacionais] no meio de projeto de nova base [do **PIB**], para chamar alguém que não está inteirado totalmente do assunto? É

loucura simplesmente", afirmou.

A mesma fonte disse ainda ter dúvidas se Palis participará da finalização de cálculo do **PIB** de 2025, cuja divulgação será feita em 3 de março. "O que ela fazia não era apenas um cargo de gestão, havia várias tarefas [de cálculos de estatística] que também eram parte do trabalho dela", explicou a fonte.

Já o ex-presidente do IBGE Roberto Olinto, que já comandou o

departamento de contas nacionais, disse que "pelo menos dessa vez" a direção do instituto escolheu servidor de carreira ao fazer a substituição: "Mas me assusta a capacidade [da atual gestão] de gerar crises sistemáticas e me preocupa profundamente o impacto disso no ânimo da equipe e na produção de estatísticas do IBGE."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Tensões comerciais e IA trazem riscos para economia global

A economia mundial resistiu relativamente bem à primeira onda do choque tarifário dado pelo presidente Donald Trump, embora os riscos de agravamento das tensões comerciais se mantenham como um dos dois maiores listados pelo Fundo Monetário Internacional na atualização do seu "Perspectiva Econômica Mundial" - o outro é a mudança de expectativas sobre a Inteligência Artificial (IA). A adaptação ao novo mundo de tarifas fez o FMI elevar o crescimento da economia global para 3,3%, 0,2 ponto percentual maior do que projetara em outubro. O Fundo prevê expansão de apenas 1,6% do **PIB** brasileiro, em decorrência da política monetária contracionista aplicada desde setembro de 2024.

As premissas do Fundo, que concluiu seu relatório no fim de 2025, começaram a ser postas em questão pela realidade já ao raiar do novo ano, quando os EUA sequestraram o presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, ameaçando apoderar-se do petróleo do país, e, poucos dias depois, mostraram a intenção de se apossar da Groenlândia. O FMI menciona a "estabilização das tensões comerciais" como um dos fatores para a revisão das perspectivas, mas a disposição de Trump de taxar os países europeus contrários à ideia de apossar-se da Groenlândia com 10% a partir de fevereiro e 25% em junho, além da possibilidade de retaliação europeia, não se coadunam com essa expectativa.

Uma série de fatores, além da aparentemente curta trégua nas disputas comerciais, entrou em cena para aparar os efeitos das tarifas americanas. As políticas fiscais têm sido mais expansionistas que o esperado, em especial nos países desenvolvidos, e as condições financeiras se mostraram mais favoráveis ao crescimento. Além disso, foram determinantes para isso os enormes investimentos em IA nos Estados Unidos, com reflexos importantes nas economias do

Sudeste Asiático.

Segundo o FMI, os investimentos atuais em tecnologia da informação atingiram a maior proporção em relação ao **PIB** desde 2001, época de explosão das empresas pontocom. Nos três primeiros trimestres de 2025, gastos em TI elevaram em 0,3 ponto percentual o **PIB** americano (de 4,3% no terceiro trimestre de 2025), eliminando o efeito negativo sobre a atividade econômica da maior paralisação dos serviços públicos

dos Estados Unidos.

A IA é uma promessa de avanço econômico, mas também um dos principais pontos de preocupação para o futuro da economia global. Segundo a consultoria Gartner, os investimentos em IA atingiram US\$ 1,75 trilhão no ano passado e chegarão a US\$ 2,52 trilhões em 2026 (Valor, ontem). Esses investimentos colossais, antes feitos com receitas próprias e de capitalização das Big Techs, passaram a ser realizados também com dívidas e alavancagem. O aumento das apostas elevou também a percepção de risco de frustração dos resultados que a tecnologia pode proporcionar às empresas.

O FMI, no entanto, vê menor ameaça na evolução acionária das empresas envolvidas com IA em comparação com o das empresas pontocom do início do século. Ainda que seu peso no **PIB** seja igual nos dois casos, a evolução da IA tem sido mais gradual. A valorização de mercado foi semelhante nos dois casos, mas a relação preço-lucro das ações é bem menor agora, devido aos fortes lucros das empresas de TI, argumentam Pierre-Olivier Gourinchas e Tobias Adrian, diretores do FMI. Isso não significa, no entanto, que mudanças de expectativa em relação aos ganhos na tecnologia não possam provocar enormes estragos na economia global.

Boa parte das empresas de IA não está listada em bolsa e recorre basicamente ao endividamento para se financiar. Depois, no caso das bolsas, há anos seguidos que as ações de TI, com a promessa da IA, vêm sustentando as altas, a ponto de que a capitalização de mercado total é de 226% do **PIB**. Como a aplicação em ações é disseminada nos EUA, uma correção mesmo que modesta no rumo dessas ações teria efeitos importantes para retrain o consumo, afirmam os diretores do FMI. O declínio abrupto de investimentos no setor, com queda de ações, teria efeitos fortes nos EUA e no Sudeste Asiático, deprimindo o crescimento em geral, com aperto das condições financeiras atingindo os mercados emergentes.

Se nada disso ocorrer, o avanço da IA é capaz de sustentar grande crescimento da produtividade ao longo dos próximos anos. Estudo apresentado pelo Fórum Econômico Mundial em Davos indica que as empresas que adotaram mais cedo a IA em suas

cadeias de suprimento obtiveram redução de 15% nos custos logísticos e de 35% nos estoques, com economia de 25% do tempo total do processo.

Para os empresários globais reunidos nos Alpes suíços, no entanto, as tensões comerciais vieram para ficar e tornaram as cadeias de produção estruturalmente instáveis, "mais fragmentadas e, em vários casos, mais degradadas do que os líderes globais experimentaram nas últimas quatro décadas".

Os riscos apontados pelo cenário do Fundo persistirão ao longo do tempo, com as tensões comerciais agindo para reprimir o crescimento e as ameaças de fragilidade financeira da sustentação da IA se estendendo no tempo, até que ela corresponda na prática às expectativas que criou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Bancos Centrais sob ataque

Márcio Garcia

Há 23 anos (menos um dia) escrevi neste espaço um dos meus artigos de maior repercussão¹, intitulado "A autonomia do Banco Central e a gelatina diet". No artigo, usava de uma analogia simples para explicar por que é bom para democracias que técnicos não eleitos cuidem da política monetária.

Eu, que vivo em constante conflito com a balança, desejo manter meu peso "na meta". Apesar de minhas boas intenções, acabo fraquejando, comendo mais do que devo. Assim, para evitar maiores danos à minha saúde, a única sobremesa que permito na minha geladeira é a gelatina diet.

Políticos no poder fazem de tudo para ganhar eleições, por melhores que sejam suas intenções. Baixar juros para estimular a economia no período pré-eleitoral é o nome do jogo quando o BC responde ao presidente da República. Mesmo nos EUA, paradigma (até agora) da independência do BC, há inúmeros exemplos. Um dos mais famosos é o de Arthur Burns, presidente do Fed (1970-78). O diálogo quando Nixon comunica a Burns que ele substituirá William (Bill) MacChesney Martin, em 1970, é revelador².

Nixon: Minhas relações com o Fed serão diferentes do que eram com Bill Martin lá. Ele sempre estava seis meses atrasado³. Conto com você, Arthur, para nos manter fora de uma recessão.

Burns: Sim, sr. presidente, eu não gosto de estar atrasado (...).

Nixon: Arthur, eu quero que você venha e me veja pessoalmente a qualquer tempo... Eu sei que há um mito de autonomia do Fed ... e quando você for para a confirmação algum senador pode perguntar sobre sua amizade com o presidente. Aparências serão importantes, assim, você telefona para Ehrlichman (assistente do presidente para Assuntos Domésticos) que me passará suas mensagens, e eu te ligarei de volta.

Apesar da amizade e do entendimento prévio, Nixon acabou ficando muito ressentido com Burns. Mesmo assim, Burns passou à história como o presidente do Fed que acabou deixando a **inflação** nos EUA sair de controle.

Reduzir a **inflação** quando a âncora é perdida e as expectativas de **inflação** passam a oscilar muito e

tendem a se elevar é tarefa comparável a colocar a pasta de dente de volta no tubo. Paul Volcker fez isso a duras penas no início dos anos 80. Desde então, a independência do Fed não foi mais contestada, embora os presidentes continuassem a reclamar, como no caso de Bush (pai), que atribuiu sua derrota para Clinton em 92 à relutância de Greenspan em baixar os juros mais rapidamente durante a recessão de 1990-1991.

O assalto que Trump vem fazendo ao Fed é inédito e abominável. Após enormes pressões pela mídia, de fazer os ataques de Lula a Campos Neto parecerem brincadeira de criança, Trump escalou ainda mais. No ano passado, a governadora (diretora do Fed) Lisa Cook foi acusada de cometer uma fraude hipotecária, e Trump ordenou sua demissão. Lisa processou o presidente de volta e o caso deverá ser apreciado pela Suprema Corte justamente quando escrevo este artigo.

Há poucos dias, o Departamento de Justiça acusou Powell de ter mentido ao Congresso quanto ao custoso projeto de renovação dos edifícios históricos que abrigam o Federal Reserve, na capital dos EUA. Powell reagiu prontamente, acusando Trump de usar a alegação quanto ao projeto imobiliário (que ele também refuta) para forçar a mão do Fed na condução da política monetária e reduzir juros mais rapidamente do que já vem fazendo.

A situação atual é bastante preocupante. Caso a Suprema Corte decida favoravelmente a Trump, autorizando-o a demitir Lisa, a reação dos mercados certamente será muito forte e negativa. Mesmo que a decisão não saia imediatamente, como se espera, a crise deve se acirrar nos próximos meses.

Em maio, expira o mandato de Powell. Sob condições normais, seria bem provável que ele saísse do Fed, abrindo lugar para o sucessor a ser nomeado por Trump. No caso, no entanto, há outras possibilidades. Apesar de o mandato de Powell como chair do Fed Board expirar em maio, seu mandato como governador do Fed Board se estende até o início de 2028. A Trump caberá nomear o sucessor de Powell para chair do Fed Board.

Mas a decisão de quando exatamente sair do Fed Board (até janeiro de 2028) é de Powell. E a decisão sobre a taxa de juros (Fed funds) é tomada pelo Copom de lá, o FOMC (Federal Open Market Committee). O FOMC é composto pelos sete

governadores do Fed Board, incluindo o chair, mais cinco presidentes dos 12 Feds regionais, em rotação, com vaga cativa para o presidente do Fed de Nova York. O presidente do FOMC é eleito, por tradição, entre seus 12 membros votantes, na primeira reunião do ano.

É fundamental que os indicados por Lula para o BC tenham credenciais éticas e técnicas impecáveis

Ou seja, há a possibilidade de que, pela primeira vez na história, o presidente do Fed Board não seja eleito presidente do FOMC. Ou, mesmo que o indicado por Trump seja eleito presidente do FOMC, seu voto quanto à taxa de juros venha a ser derrotado pela maioria. Isso causaria grande pandemônio nos mercados financeiros, afetando gravemente o dólar e os ativos dos EUA, afetando todo o sistema financeiro mundial.

Por aqui, nossa curta experiência com a autonomia de direito do BC vem apresentando bons resultados no que tange à política monetária. Sob Galípolo, o Copom vem se comportando bem, mantendo a inflação sob controle, ainda que acima da meta.

O principal problema que o BC enfrenta é ter deixado a fraude do Banco Master ter ido tão longe e não ter intervindo antes. As descobertas estão ainda no nascedouro e muito teremos que debater como aprimorar os controles para evitar novos problemas.

Como reza o ditado, quando se está num buraco fundo, a primeira providência é parar de cavar. Há decisões imediatas a serem tomadas por Lula que terão efeitos longevos sobre a regulação e supervisão de nosso sistema financeiro. A recente indicação do novo presidente da CVM vem sendo noticiada como vitória dos políticos do Centrão contra a indicação técnica da Fazenda. O BC ora tem duas diretorias vagas. Uma delas, a Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (Diorf), ocupada por Renato Gomes até o final do ano passado, foi crucial para barrar iniciativas de poderosos setores para salvar o Banco Master. Pelo noticiário, há muitos políticos de olho nessa diretoria do BC.

É normal no jogo democrático que políticos queiram interferir nas nomeações de cargos. Mas é fundamental que os indicados por Lula para o BC tenham credenciais éticas e técnicas impecáveis.

1. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia/Artigos/Autonomia.PDF> .

2. Garten. Jeffrey. 2021. Three Days at Camp David. HarperCollins, páginas 98-9. Diálogo descrito originalmente em Ehrlichman, John. 1982. Witness to

Power. New York, NY: Simon and Schuster. Agradeço a José Carlos Carvalho pela citação.

3. Trump também acusa Powell de estar sempre atrasado, apelidando-o de "Mr. Too Late".

Márcio Garcia é professor titular do

Departamento de Economia da PUC-Rio,

pesquisador afiliado da MIT Sloan School

of Management, pesquisador sênior do

CNPq e Cientista Nosso Estado da Faperj.

Escreve mensalmente neste espaço.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Passado, presente e futuro da economia global

Martin Wolf Tradução de Mário Zamarian) Martin Wolf comentarista econômico do Financial Times.

A ideia recorrente de que o futuro é incerto ganha contornos ainda mais concretos quando o principal convidado de uma conferência em uma montanha da Suíça declara uma guerra comercial por território contra os aliados mais próximos de seu país - muitos dos quais também são convidados. Isso é, no mínimo, surreal. Mas o que significa, para o futuro do mundo, em especial para seu futuro econômico, estar à mercê dos caprichos imprevisíveis do presidente da maior potência global?

Antes de voltar a essa questão, vale examinar onde a economia esteve e para onde pode ir no curto prazo. O novo "Perspectivas da Economia Global", do Banco Mundial, oferece uma visão esclarecedora do passado recente. Em especial, observa: "A economia mundial tem demonstrando uma notável resiliência diante do aumento das tensões comerciais e das incertezas políticas. O ritmo de crescimento mais acelerado que o esperado no ano passado coroou uma recuperação da recessão de 2020 sem paralelo em 60 anos, ainda que economias emergentes e em desenvolvimento mais vulneráveis estejam ficando para trás".

As duas maiores recessões mundiais desde 1960 ocorreram em 2009 e 2020. A recuperação da mais recente foi a mais forte de todas: em cinco anos, o **PIB** global per capita está 10% acima do nível de 2019. A retomada nas economias mais ricas foi mais rápida do que após recessões anteriores. Já a recuperação das emergentes e em desenvolvimento foi mais veloz do que a das economias ricas, mas muito mais lenta do que no período 2010-14.

Mais preocupante, um grande número de países em desenvolvimento apresentou um desempenho muito ruim no período mais recente: em 2025, o **PIB** per capita em quase 90% das economias de alta renda já havia superado o número de 2019; por outro lado, ele permanecia abaixo do patamar pré-pandemia em mais de um quarto das economias emergentes e em desenvolvimento e em 40%

Sabemos que políticas populistas corroem a economia. O mesmo ocorrerá com os EUA. Mas, neste caso, o dano atingirá também a economia mundial, à medida que perdemos bens públicos

globais, como o papel do dólar e do sistema financeiro americano

dos países de baixa renda. Pior, a queda da proporção da população em extrema pobreza nos países mais pobres estagnou ao longo da última década. Isso deveria, de fato, importar para os formuladores de políticas em todo o mundo. A redução maciça da parcela da população mundial em extrema pobreza foi um ganho enorme.

Mas quem se importa em um mundo hoje mais abertamente predatório? Provavelmente não muitos dos que estão em Davos. Portanto, voltemos ao que importa para eles: as perspectivas da economia mundial num mundo sujeito aos caprichos de um déspota enlouquecido. (Sim, seu desejo de se apropriar da Groenlândia é insano e sua imposição arbitrária de tarifas é despótica)

A edição recente do relatório "Perspectivas da Economia Mundial", do Fundo Monetário Internacional (FMI), é reconfortante. Ele diz que "o crescimento global deverá permanecer resiliente em 3,3% em 2026 e em 3,2% em 2027: taxas semelhantes à expectativa de 3,3% para 2025". A projeção representa uma pequena revisão para cima para 2026 em relação a outubro de 2025. No geral, políticas monetárias e fiscais acomodáticas, mercados acionários aquecidos e a euforia com a inteligência artificial compensaram tanto a incerteza provocada por Trump quanto o impacto negativo das tarifas - bem menos agressivas do que o sinalizado no chamado "dia da libertação", em abril.

Então, a era Trump, apesar de todo o barulho, seria - ao menos no que diz respeito à economia - "uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria, que não significa nada"? Trump aprendeu que não pode intimidar a China. Acredita que pode intimidar todo o resto - e nada sugere que esteja errado. O custo de suas investidas na Venezuela e de outras empreitadas parece modesto. No conjunto, o ganho potencial pode ser pequeno, mas o risco negativo também: seu latido é pior do que a mordida.

Ainda assim, minha aposta é que essa complacência está equivocada. O que estamos vendo é um apagamento gradual dos sistemas operacionais das ordens econômica e política globais.

Assim, com os EUA já não sendo previsíveis nem estando vinculados a quaisquer princípios fundamentais de conduta, salvo a busca por alguns ganhos de curto prazo, sua credibilidade como parceiro e aliado está sendo destruída, talvez permanentemente. No plano interno, o Estado de Direito, a estabilidade fiscal, a independência do Federal Reserve (Fed) - e, portanto, a estabilidade monetária e financeira - e o compromisso com a ciência estão ameaçados.

No plano internacional, os EUA travam uma guerra com quase todas as instituições relevantes, especialmente a União Europeia. A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi tornada irrelevante. A cooperação na questão climática e na saúde foi arruinada. Washington anunciou sua decisão de se retirar de 66 organizações internacionais, incluindo 31 entidades da ONU.

É possível que mesmo um ambiente tão instável e pouco cooperativo não prejudique a disposição das empresas e autoridades em fazer grandes apostas no futuro. Basta olhar para o boom da IA. Ainda assim, é preciso duvidar disso. Os custos podem não surgir rapidamente, nem mesmo de forma visível. Mas sabemos que políticas populistas corroem o desempenho econômico. O mesmo certamente ocorrerá quando regime em questão for uma superpotência global. Mas, neste caso, o dano atingirá também a economia mundial, à medida que perdemos uma série de bens públicos globais. Entre as vítimas podem muito bem estar os papéis globais do dólar e do sistema financeiro dos EUA.

Ao mesmo tempo, como nos mostra a recuperação pós-pandemia, a economia mundial tem um grande impulso: afinal, cresceu de forma significativa em todos os anos desde 1950. Inovações importantes surgem rapidamente, não apenas nos EUA, mas também em outros países. Adam Smith observou, em uma frase famosa, que "há uma grande dose de ruína em uma nação". Ele estava certo. Mas seria grotesco testar essa visão otimista ao ponto da destruição dos EUA e da ordem econômica mundial.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>

Relatório do FMI - CARTAS DE LEITORES

CARTAS DE LEITORES

O Brasil descrito pelo FMI está longe do país pintado pelo ministro da Fazenda. Enquanto o governo vende otimismo, o Fundo revisou para baixo o crescimento da economia brasileira, colocando o país entre os que mais sofreram cortes nas projeções para 2026. Segundo o relatório, o desempenho ficará abaixo do estimado anteriormente e distante das previsões oficiais, que insistem em números mais generosos. Nem o Banco Mundial nem o mercado, consultado pelo Banco Central, compartilham do entusiasmo oficial. Diante de um déficit que já alcança 82% do PIB, o ministro Haddad insiste em atribuir os problemas ao governo anterior. É a terceirização clássica da incompetência: quando os números decepcionam, a culpa nunca é de quem governa. A economia real não responde a discursos. Responde a responsabilidade fiscal, previsibilidade e confiança - três itens em falta no roteiro oficial.

Izabel Avallone izabelavallone@gmail.com

Cursos de Medicina

Valor Economico

21 jan. 2026

O Enamed apenas confirmou o que muitos pacientes já sabem: a proliferação irresponsável de cursos de medicina virou um risco à vida. Dos 351 avaliados, 107 tiveram desempenho insatisfatório. Não é estatística, é alerta vermelho. A maioria desses cursos pertence a instituições privadas com fins lucrativos ou municipais, muitas mais interessadas em incentivos como o Fies do que na formação de médicos qualificados. O resultado aparece no atendimento: diagnósticos errados, exames mal interpretados e profissionais que se limitam a ler laudos sem compreender o que veem. Forma-se médico em escala industrial, sem rigor nem preparo. Erros se acumulam, punições raramente ocorrem e o paciente paga a conta - com sequelas ou com a própria vida. Criou-se uma medicina de castas: quem pode pagar, se trata; quem não pode, arrisca.

Luciana Lins Lucianavlins@gmail.com

STF

Valor Economico

Paulo Roberto Gotaç pgotac@gmail.com

21 jan. 2026

A informação dando conta de que o Presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, terminou suas férias antes do previsto a fim de conversar com alguns ministros da Corte a respeito das últimas decisões de Dias Toffoli relacionadas ao caso do Banco Master remete metaforicamente à chegada emergencial de domesticador experiente, com o objetivo de amansar um leão meio desorientado e furibundo, além de minimizar os impactos de seu comportamento estranho perante o público. Espera-se que os instrumentos do domador sejam suficientes para aquietar a fera e, com o indiscutível sucesso, tornar transparentes os motivos de seu tão estranho comportamento e iniciar a tomada de providências a fim de evitar o possível aumento de desprestígio da instituição que preside.

Correspondências para

Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188475>